



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
15.635.811/0001-36  
Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
89.570-000, Centro, Pinheiro Preto-SC

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 204/2018

Termo de Contrato de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTROLE DE POMBOS URBANOS** celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa **JESSICA COLDEBELLA**, autorizado através do Processo n. 188/2018, Licitação n. 075DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

#### CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 15.635.811/0001-36  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: **JESSICA COLDEBELLA**  
CNPJ-MF nº 26.299.853/0001-60  
Endereço: LINHA GLORIA, s/n, RIO DAS ANTAS – SANTA CATARINA  
CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 075DL2018, datado de 22/06/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTROLE DE POMBOS URBANOS COM REPELENTE NATURAL**

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Controle de Pombos	1	R\$ 950,00	R\$ 950,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 – Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2003 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
12 - Educação  
361 – Ensino Fundamental  
12 – Desenvolvimento Educacional  
2.32 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
36 – Despesa  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
15.635.811/0001-36  
Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
89.570-000, Centro, Pinheiro Preto-SC

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
15.635.811/0001-36  
Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
89.570-000, Centro, Pinheiro Preto-SC

idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### **CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 O presente contrato fica vinculado à **Licitação nº 075DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa**, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
15.635.811/0001-36  
Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
89.570-000, Centro, Pinheiro Preto-SC

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto–SC, 22 de junho de 2018.

CONTRATANTE  
Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
PEDRO RABUSKE

CONTRATADA  
**JESSICA COLDEBELLA**  
REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

---

Nome:  
CPF:

---

Nome:  
CPF: